

## Bloqueio preventivo no Orçamento

*Governo congela R\$ 16,2 bi, mas poupa emendas parlamentares antes da votação da Previdência*

MARTHABECK e BÁRBARA NASCIMENTO

-BRASÍLIA E RIO- Diante de uma possível frustração no processo de privatização da Eletrobras e da necessidade de pagar despesas que não estavam previstas na programação financeira do ano, o governo decidiu bloquear R\$ 16,2 bilhões no Orçamento de 2018. Deste total, R\$ 8,2 bilhões serão usados para compor uma reserva que será usada para repassar R\$ 2 bilhões aos municípios — algo que foi prometido pelo governo ao Congresso no fim do ano passado em troca de apoio para a votação da reforma da Previdência. Mas, ao contrário do contingenciamento tradicional, não vai afetar emendas parlamentares nem gastos de outros poderes.

Assim, ao optar por um bloqueio, o governo também evita se indispor com o Congresso às vésperas da votação da reforma da Previdência. Também sairá desta mesma reserva R\$ 1,5 bilhão para honrar dívidas no âmbito do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Esse pagamento vai cobrir o calote dado por países que fizeram importações do Brasil por meio de operações do BNDES. O Ministério do

Planejamento não informou oficialmente, mas técnicos admitiram que o maior problema está em importações feitas pela Venezuela. Da mesma reserva sairá R\$ 1 bilhão para a contratação de carros-pipa que abastecem municípios do Nordeste. Essa despesa estava prevista na proposta orçamentária enviada pelo governo ao Congresso, mas foi retirada pelos parlamentares. Além disso, serão pagos R\$ 2 bilhões para custeio na área de saúde. O restante estará distribuído em operações menores.

### PARTE DO BLOQUEIO PODE SER SUSPENSO EM JULHO

No caso da Eletrobras, o governo decidiu bloquear R\$ 8 bilhões. A área econômica espera arrecadar um total de R\$ 12,2 bilhões com a privatização. No entanto, como essa operação ainda depende da aprovação de um projeto de lei no Congresso, os técnicos decidiram ser cautelosos e apertar os cintos até que ela se concretize. O bloqueio não chegou a R\$ 12,2 bilhões, porque o governo fez nova estimativa de receitas e despesas e, com isso, conseguiu melhorar o resultado fiscal. Segundo o Ministério do Planejamento, embora a meta do ano seja de um déficit de R\$ 159 bilhões, o valor projetado para 2018 está em R\$ 154,8 bilhões, ou seja, rombo R\$ 4,2 bilhões menor.

Assim, só ficará retida nos cofres públicos a diferença, que é de R\$ 8 bilhões. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que o bloqueio referente à Eletrobras poderá ser liberado até julho. Até lá, o governo conseguirá ter um cenário mais claro sobre a privatização da estatal. Ele disse, ainda, que a retenção de recursos do Orçamento anunciada ontem vai ser distribuída pelos órgãos do Executivo de forma linear. Oliveira explicou que, apesar de o governo ter tido uma série de frustrações no campo das receitas e das despesas, ele também teve ganhos para compensar essas perdas. Assim, depois de um balanço, a receita primária total caiu R\$ 1,4 bilhão em relação ao que foi aprovado pelo Congresso, enquanto a despesa foi reduzida em R\$ 1,8 bilhão.

A equipe econômica rearranjou as receitas e as despesas previstas inicialmente no Orçamento. O governo teve de comportar, por exemplo, os efeitos da liminar, concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu o adiamento do reajuste dos servidores públicos federais até que a medida provisória (MP) que trata do assunto seja votada pelo Legislativo. Sem isso, a previsão de gasto com pessoal aumentou R\$ 5,6 bilhões. Oliveira deixou claro que, uma vez que o plenário do STF derrube a liminar e decida em favor da União, o governo suspenderá o





reajuste e cobrará de volta a parcela já concedida em janeiro, dividida nos meses seguintes.

Além disso, a equipe econômica recompôs a previsão de gasto com subsídios em R\$ 1,9 bilhão. Esse valor constava no Orçamento, mas foi retirado pelo Congresso. A demora na votação do projeto de lei que reonera a folha de pagamento das empresas também resultou em uma alta de R\$ 785 milhões na despesa. Esses aumentos, no entanto, foram compensados por uma diminuição de R\$ 3,9 bilhões nos gastos previstos com benefícios previdenciários, em função da revisão do salário mínimo e da previsão de inflação menor. Com o aquecimento do mercado de trabalho também houve uma diminuição de R\$ 5,7 bilhões nas despesas estimadas com abono e seguro-desemprego.

#### REVISÃO DO CRESCIMENTO DO PIB PARA 3% ESTE ANO

Do lado das receitas, o principal impacto negativo foi com a não aprovação da medida provisória que aumentava a tributação dos fundos

exclusivos. Sem esses recursos, as receitas administradas tiveram uma redução de R\$ 9,3 bilhões. As receitas previdenciárias também foram reduzidas em R\$ 2 bilhões, e a arrecadação do plano de previdência dos servidores, R\$ 1,7 bilhão. Esses cortes foram parcialmente compensados por um aumento na previsão de receitas com royalties, de R\$ 6,5 bilhões. Isso ocorreu por causa da alta na estimativa do preço do barril de petróleo, de US\$ 52,20 para US\$ 68,20.

Também cresceu a previsão de arrecadação com concessões e permissões (R\$ 1,3 bilhão) e com dividendos (R\$ 2,1 bilhões). O governo teve, ainda, ganho com o aumento da previsão de crescimento da economia para 2018, de 2,5% para 3%, e com o reajuste a menor do salário mínimo no ano. Mesmo assim, Oliveira ressaltou que o Orçamento está dentro do teto para os gastos públicos e negou que haja folga nos números previstos pelo governo: — Ainda estamos mantendo receitas que dependem de fatores externos à nossa administração. Não acho que esteja havendo espaço no Orçamento.

Estamos com contenção muito dura de despesas. Ele ainda ressaltou que, mesmo com uma "surpresa positiva" pelo lado da receita, a equipe econômica não considera rever a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões.

Para Oliveira, como as despesas já são fixadas pelo teto do gasto, qualquer melhora na arrecadação implica automaticamente entregar meta melhor: — Hoje, você não precisa alterar a meta para forçar o governo a ter um resultado melhor. As despesas já estão no limite. Em evento promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o bloqueio pode ser desfeito dependendo do desempenho da arrecadação: — Estamos no início do ano, a arrecadação está crescendo, precisamos aguardar a evolução da receita para ver se é possível um desbloqueio. Não há dúvida de que os números são melhores do que aquilo que se esperava.

Colaborou Daiane Costa





## RECURSOS SUSPENSOS

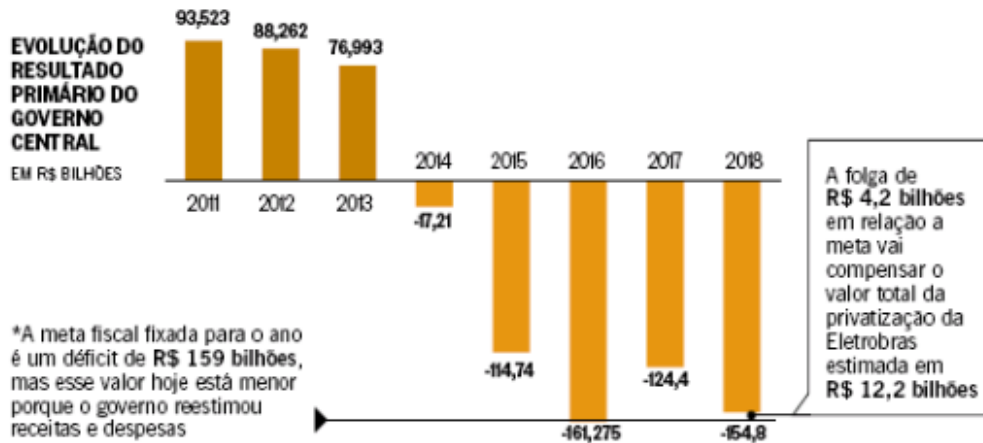
VERBAS CONGELADAS DESTE ANO

Bloqueio do Orçamento de 2018

# R\$ 16,2 bilhões



\*Há incerteza sobre a realização do leilão



\*A meta fiscal fixada para o ano é um déficit de R\$ 159 bilhões, mas esse valor hoje está menor porque o governo reestimou receitas e despesas

### REVISÃO DO ORÇAMENTO

#### Recetas

Previsão para 2018 R\$ 1,462 trilhão

Previsão revisada R\$ 1,460 trilhão

DIFERENÇA

## R\$ 1,39 bilhão

#### Despesas

Previsão para 2018 R\$ 1,373 trilhão

Previsão revisada R\$ 1,371 trilhão

DIFERENÇA

## R\$ 1,76 bilhão

Fonte: Ministério do Planejamento

Editoria de Arte

## Governo deve pedir aval ao Congresso para descumprir regra fiscal

*Ministro afirma que Constituição prevê autorização. Este ano, foi usado recurso do BNDES*

-BRASÍLIA- O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou ontem que a equipe econômica estuda "alternativas jurídicas" para evitar um descumprimento da regra de ouro (pela qual o governo não pode emitir dívida para pagar gastos correntes) em 2019. Segundo ele, uma das ideias que está na mesa é pedir ao Congresso Nacional uma autorização, via projeto de lei, para realizar essas operações de crédito. Oliveira explica que há previsão constitucional para esse movimento.

A regra de ouro define que os gastos com operação de crédito não podem ser maiores do que as despesas com investimentos. Essa é uma forma de evitar que o governo tome dívida no mercado para honrar gastos de custeio, como folha de pessoal. O problema é que, com o avanço das despesas obrigatórias, sobretudo com Previdência Social, a equipe econômica tem tido de

encontrar, nos últimos, alternativas para não desrespeitar a norma.

Desde 2016, a solução encontrada foi pedir a devolução antecipada de recursos repassados ao BNDES. Em 2016, foram R\$ 100 bilhões. Em 2017, R\$ 50 bilhões. E, para 2018, está acordada devolução de R\$ 130 bilhões. — O nosso déficit é de despesa corrente, de Previdência. Para financiar esse déficit, o governo tem que se financiar, tem que tomar empréstimo para pagar Previdência. Esse ano, nós pegamos dinheiro de volta do BNDES. Mas essa possibilidade se esgotou — explicou o ministro do Planejamento. Em 2017, graças à devolução dos recursos do BNDES, os investimentos da União ficaram R\$ 28,8 bilhões acima das operações de crédito.

Essa margem foi a mais baixa dos últimos anos. Em 2016, ela fora de R\$ 86,2 bilhões e, em 2015, de R\$ 62,2 bilhões. Para 2018, o desafio para o cumprimento da regra é muito maior. Segundo o Tesouro, o descasamento previsto entre as operações de crédito e os

investimentos está estimado em R\$ 208,6 bilhões. Para conseguir cobrir esse montante, a equipe econômica conta, além da devolução de R\$ 130 bilhões pelo BNDES, com três outras medidas. Uma delas é uma revisão nos restos a pagar (despesas de anos anteriores).

Neste caso, a ideia é editar um decreto permitindo que o governo reduza restos a pagar não processados e, com isso, tenha um espaço adicional no caixa no valor de R\$ 48,3 bilhões. Outra ação em estudo é a extinção de fundos, inclusive o Fundo Soberano, para receber o que está depositado dentro deles. Segundo o Tesouro, isso vai dar uma folga extra de R\$ 26 bilhões. Além disso, a equipe econômica vai consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de usar superávits de exercícios anteriores como fontes de receita para pagamento de despesas do Orçamento, o que também ajuda no cumprimento da regra.

(Bárbara Nascimento e Martha Beck)

## Governo bloqueia R\$ 16,2 bi em despesas previstas para este ano

*Metade do valor é uma espécie de garantia para eventual atraso na privatização da Eletrobras*

*Ministro Oliveira alega não estar preocupado com a venda em si, mas com o prazo, que pode se alongar até dezembro*

MARIANA CARNEIRO  
LETÍCIA CASADO

DE BRASÍLIA

O governo decidiu bloquear R\$ 16,2 bilhões em gastos previstos neste ano, em razão de incertezas quanto à privatização da Eletrobras e readequações no Orçamento.

A expectativa do governo é arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a venda de ações da estatal. Porém, com o cronograma apertado, o Ministério do Planejamento decidiu fazer uma reserva de contingência de R\$ 8 bilhões desses recursos. Os R\$ 4,2 bilhões restantes serão liberados, pois o governo, de acordo com a nova programação

orçamentária, conseguiu ampliar o espaço fiscal.

O ministro Dyogo Oliveira disse não estar preocupado com a viabilidade da operação de capitalização e venda de ações, mas com o prazo.

“O processo deverá ser finalizado em dezembro. Temos cautela e decidimos bloquear as despesas até que tenhamos uma avaliação de maior segurança de que o calendário será cumprido ainda neste ano”, disse.

Oliveira afirmou que a contenção de gastos no valor de R\$ 8 bilhões será distribuída entre todos os ministérios.

Nesta sexta-feira (2), o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou uma decisão da Justiça Federal de Pernambuco que emperrava a privatização, pois questionava a inclusão de Chesf (Companhia Hidrelétrica do São

Francisco) e outras subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização por meio de medida provisória.

Moraes extinguiu a decisão da Justiça e determinou a “plena eficácia” da Medida Provisória 814/2017.

Segundo o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, a empresa esperava a derrubada da liminar para seguir com os estudos de viabilidade do negócio.

### ORÇAMENTO

O Planejamento informou ainda o congelamento temporário de outros R\$ 8,2 bilhões em despesas previstas no Orçamento até que o Congresso aprove uma readequação delas.

A iniciativa se deve, segundo Oliveira, à necessidade de restabelecer os gastos que foram reduzidos na tramitação do Orçamento no Congresso.





Entre as despesas que serão restabelecidas estão R\$ 1,9 bilhão em subsídios, R\$ 1,5 bilhão em despesas com calotes no FGE (Fundo de Garantia à Exportação), R\$ 600 milhões para a educação, R\$ 2 bilhões para prefeituras e R\$ 1 bilhão para defesa civil, principalmente o serviço de carros pipa no Nordeste.

Oliveira disse acreditar na até o fim de fevereiro.

“São áreas importantes, que têm interesse dos parlamentares, como os carros pipa para o Nordeste”, disse.

Com a previsão de uma inflação menor e de menos gastos com o seguro-desemprego, o Planejamento reduziu a previsão de gastos neste ano em R\$ 1,767 bilhão. O total deverá ficar em R\$ 1,371 trilhão.

Dessa maneira, o governo está cumprindo a regra do teto de gastos

com folga. O teto para este ano é de R\$ 1,348 trilhão e, com as medidas, os gastos sujeitos ao limite estão em R\$ 1,345 trilhão.

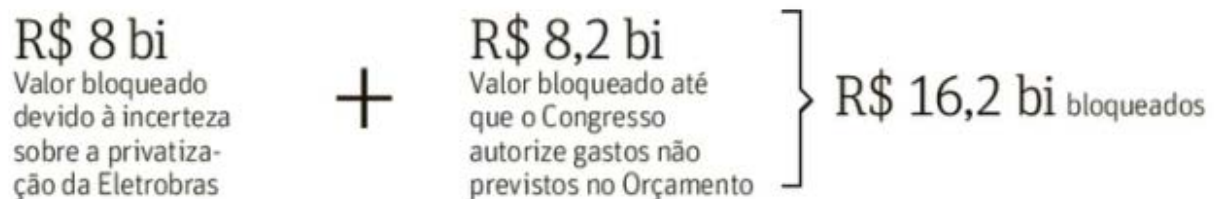
A nova projeção de despesas leva em conta mais R\$ 5,6 bilhões em gastos com o reajuste dos servidores.

O governo tentou adiar o aumento para 2019, mas foi impedido por liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do STF. A decisão final cabe ao plenário. Segundo Oliveira, caso haja reversão, os valores já pagos serão descontados nos meses seguintes.

Ele alertou ainda que a regra de ouro —que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes— não será cumprida em 2019. “O governo está estudando alternativas jurídicas para a regra”, afirmou.

## APERTO FISCAL

Governo segura R\$ 16,2 bi em despesas de Orçamento



## PREVISÕES PARA 2018



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão



## Verba será remanejada entre ministérios

Expectativa é de que governo não precise fazer nenhum corte adicional para conseguir cumprir a regra do teto de gastos este ano

Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O governo refez as contas do Orçamento deste ano e chegou à conclusão de que algumas das despesas previstas estavam superdimensionadas. Por isso, o bloqueio de recursos que é tradicionalmente feito todo início de ano ficou em R\$ 16,2 bilhões, o menor volume desde 2008. Além disso, na prática, o bloqueio – ou contingenciamento, como costuma ser chamado – deve ser ainda menor, já que, do total, R\$ 8,2 bilhões serão retidos apenas até o Congresso autorizar seu remanejamento entre ministérios, o que não deve ser um problema.

Os outros R\$ 8 bilhões estão vinculados à privatização da Eletrobrás. Se ela ocorrer este ano, os recursos serão liberados. "Não temos preocupação com a realização em si da capitalização da Eletrobrás, mas com o tempo. Acredito que até julho devemos ter um cronograma mais claro e reavaliar o bloqueio", afirmou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Os contingenciamentos são comuns porque o Orçamento é sempre feito com base em estimativas que geralmente não se concretizam.

Este ano, em um primeiro momento, a equipe econômica chegou a prever que seria necessário, além do contingenciamento – que em geral é revertido ao longo do ano –, um cancelamento efetivo de despesas que estavam acima do teto de gastos previsto para 2018 (a regra do teto impede que as despesas cresçam em patamar superior à inflação). Isso, no entanto, não foi necessário porque o governo reduziu em R\$ 6,5 bilhões a previsão de despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), porque espera menos pedidos de pagamento de seguro-desemprego e abono salarial neste ano, com a recuperação da economia.

Com isso, as despesas totais do Orçamento foram enquadradas no teto, com uma pequena folga de R\$ 2,9 bilhões. Com outras alterações – como a redução de benefícios previdenciários, por conta da inflação menor que o estimado anteriormente, que reduziu o valor do salário mínimo, e uma projeção maior para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano – chegou-se a uma "sobra" de R\$ 4,2 bilhões em relação ao inicialmente previsto. Para este ano, o governo trabalha com duas metas fiscais: fechar as contas com rombo de até R\$ 159 bilhões (a projeção é terminar no negativo em R\$ 154,8 bilhões) e, pela regra do teto, que impede as despesas de subirem mais que a inflação, gastar

no limite até R\$ 1,348 trilhão (a previsão atual é de R\$ 1,345 trilhão).

Limite. Com o teto de gastos controlando as despesas, o contingenciamento anunciado pelo governo foi menor do que nos últimos anos, quando, além de não haver um limite para o crescimento dos gastos, os parâmetros de crescimento e inflação muitas vezes eram inflados. Em 2015, por exemplo, o governo iniciou o ano com cortes de R\$ 70 bilhões. "Não há falta de recursos, como em outros anos, já que mantivemos a projeção de receitas com a Eletrobrás neste ano.

Trata-se de uma reserva de contingência transitória", alegou Oliveira. Para o especialista em contas públicas da consultoria Tendências, Fabio Klein, o governo não precisará fazer cortes adicionais para terminar 2018 cumprindo a regra do teto de gastos. "A conta dos subsídios está caindo. Temos boas notícias que vão além dos gastos discricionários (não obrigatórios). Se isso é sustentável, o governo tem capacidade de operar abaixo do teto neste ano, mesmo que isso seja um desafio por não ter aprovado a reforma da Previdência ou outras medidas fiscais, bem como por ter um teto baixo", afirmou. / COLABOROU EDUARDO LAGUNA



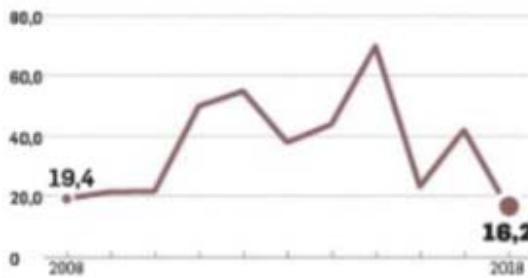


## CORTE

● Contingenciamento no Orçamento de 2018 é o menor desde 2008

### Bloqueio

EM BILHÕES DE REAIS



\*VALOR SERÁ LIBERADO DEPOIS DE APROVAÇÃO DE PROJETO NO CONGRESSO

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

### Conta

EM BILHÕES DE REAIS

8,0 Recursos bloqueados  
+  
8,2 Recursos que serão remanejados entre órgãos\*  
=  
16,2 Total na reserva de contingência

**R\$ 1,348 trilhão**

é o limite de gastos do governo para este ano, considerando a regra do teto de gastos, que impede as despesas de subirem mais que a inflação

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## PRESTE ATENÇÃO

**1. Teto.** Com a nova regra do teto de gastos, que impede que os gastos cresçam mais que a inflação do ano anterior, equipe econômica chegou a cogitar um cancelamento efetivo de até R\$ 8 bilhões nas despesas do Orçamento

**2. Cálculo.** Novas contas apontaram que alguns parâmetros levados em consideração no Orçamento não se configuraram – o salário mínimo, por exemplo, subiu menos que o previsto –, o que deu alguma folga para as despesas e evitou um corte mais drástico



## **Análise : Adriana Fernandes**

### **Ministro "chia" e previsão de gasto com seguro recua**

A revisão de última hora das despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que paga o seguro-desemprego e abono salarial, deu alívio e evitou que o governo fosse obrigado a cancelar despesas do Orçamento. O cancelamento é um mecanismo muito mais duro que o bloqueio de despesas, e passou a fazer parte da realidade orçamentária depois que o Congresso aprovou o teto de gastos – mecanismo que limita o crescimento das despesas e que começa agora a mostrar mais a sua cara.

Até o meio da semana, os cálculos preliminares do governo apontavam a necessidade de um cancelamento entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões para evitar o estouro do teto. É que a emenda constitucional exige o cancelamento de outras despesas para acomodar o aumento previsto de gastos. Na

quarta-feira à noite, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, recebeu da área técnica as novas previsões de gasto com o FAT: queda de R\$ 6,5 bilhões. "Foi uma surpresa!", disse o ministro, revelando que "chiou e reclamou" com os técnicos porque as previsões de despesas do fundo estavam muito elevadas.

As novidades do Orçamento deste ano mostram que é preciso mudar a forma de olhar a política fiscal. A chave mudou. A meta fiscal perde relevância porque o resultado das contas públicas será dado pela receita. Como o valor das despesas não poderá ser alterado, quanto maior a receita, melhor será o desempenho fiscal. Está acabando a fase de inflar receitas para aumentar despesas – prática que contribuiu para o desequilíbrio das contas públicas.

## Audidores querem barrar isenção de tributo federal

*Associação diz que benefício sobre incentivos fiscais concedidos a empresas por Estados vai causar perda de R\$ 9,3 bilhões em arrecadação este ano*

Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) quer barrar a isenção de tributos federais sobre os incentivos fiscais concedidos às empresas por administrações estaduais. Esse tipo de benefício deve retirar da arrecadação tributária federal R\$ 9,38 bilhões em 2018 e R\$ 10,04 bilhões em 2019. Parte desses recursos é repartida com Estados e municípios. Por um erro estratégico de articulação política, deputados e senadores derrubaram um veto presidencial na Lei Complementar 160, que validou incentivos fiscais estaduais concedidos por meio do ICMS às empresas.

O veto impedia essa isenção na cobrança de tributos federais. Para o Unafisco, esse impedimento não poderia ter sido colocado em votação pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), já que não havia previsão de receita para compensar a perda de arrecadação, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Unafisco já tem pronta uma representação por improbidade administrativa no

Ministério Público Federal contra o presidente do Senado que, na avaliação da entidade, não poderia ter determinado a votação. A entidade já entrou também com uma consulta oficial na Receita Federal para que os auditores cobrem os tributos incidentes sobre os benefícios fiscais.

O trecho da lei que foi mantido com a derrubada do veto equipara o benefício fiscal dado pelos Estados a um incentivo para investimentos. Esse tratamento diferenciado reduz o pagamento de tributos pelas empresas, inclusive Imposto de Renda – que é compartilhado pela União com Estados e municípios. Historicamente, o governo arrecada impostos sobre esses benefícios fiscais. A perda de R\$ 9,3 bilhões com a decisão do Senado foi antecipada pelo Estadão/Broadcast no fim do ano passado. A reportagem mostrou que a derrubada do veto foi feita sem alarde e teve apoio de aliados da base do governo.

Depois disso, a Unafisco pediu informações à Receita com base na Lei de Acesso à Informação e confirmou as perdas previstas. Os dados também demonstraram que não há previsão de receita para compensar essa perda.

Corte. Para o diretor técnico da Unafisco, Mauro Silva, a equipe

econômica não precisaria cortar as despesas se o veto não tivesse sido derrubado. Segundo ele, a perda não estava prevista no Orçamento de 2018 e agora terá de ser compensada com outras medidas. No seu entendimento, os auditores fiscais têm de cobrar os tributos sobre esses incentivos. "Temos pressa porque tem outros vetos de benefícios fiscais para entrar em pauta", criticou Silva. Ele explicou que, pela LRF, é necessário compensar essa perda de arrecadação com o aumento alíquotas de outros impostos ou a criação de um novo tributo.

O veto foi derrubado em novembro, decisão que foi apoiada por governadores, atendendo a uma pressão das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais com o ICMS. Na contramão da pressão dos Estados para tentar arrancar do governo federal novos repasses para reforçar seus caixas, os Estados acabaram traçando uma estratégia que trouxe mais prejuízo do que ganhos para a sua arrecadação em 2018.

O Ministério do Planejamento reduziu justamente em R\$ 9,3 bilhões a previsão de arrecadação de receitas administradas em 2018. Procurados, a presidência do Senado e a Receita Federal não responderam.

## Auxílio-moradia custa R\$ 817 mi à União

*Valor se refere a pagamento do benefício nos três Poderes em 2017; neste ano, gasto deve chegar a R\$ 831 mi, segundo previsto no Orçamento*

Renan Truffi  
Daiene Cardoso

Um levantamento feito pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado mostrou que a União gastou aproximadamente R\$ 817 milhões em 2017 com o pagamento de auxílio-moradia nos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Os dados constam do site Siga Brasil, sistema de informações sobre orçamento público federal, e foram coletados em dezembro. No total, o impacto financeiro do benefício nos gastos públicos ultrapassa os R\$ 4,3 bilhões nos últimos oito anos. Em 2018, a União deve gastar R\$ 831 milhões, segundo previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso em dezembro.

Mas isso não significa que a União vai pagar, efetivamente, esse total. No ano passado, por exemplo, o Congresso havia autorizado R\$ 865 milhões em gastos com auxílio-moradia, mas o total pago ficou em R\$ 817 milhões – valor atualizado pela inflação tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

O debate sobre o peso do auxílio-moradia no Orçamento da União ocorre após virem a público casos de magistrados que recebem o benefício mesmo tendo domicílio próprio nas cidades em que atuam. O auxílio foi garantido por liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, a juízes de todo o País em 2014.

O pagamento foi estabelecido pela Lei Orgânica da Magistratura, de 1979. Pelo texto, além do salário, magistrados dispõem desse direito “nas localidades em que não houver residência oficial à disposição”. Anteontem, a categoria incluiu a discussão do tema em uma

manifestação realizada em Brasília.

Entretanto, não é apenas no Judiciário que os agentes públicos podem requerer o benefício. Tanto integrantes do Legislativo como do Executivo podem ter acesso ao pagamento. Em 2017, o maior montante foi pago pelo Executivo. Foram R\$ 330 milhões de despesas com o benefício, concedidos a agentes públicos civis e militares, no Brasil ou no exterior.

O Judiciário foi o segundo poder que mais custeou o auxílio-moradia para seus membros, com R\$ 291 milhões gastos, seguido do Ministério Público – R\$ 108 milhões. O Legislativo garantiu R\$ 10 milhões em pagamentos deste tipo.

Evolução.

O mesmo levantamento realizado pela consultoria do Senado apontou que o custeio de auxílio-moradia subiu de R\$ 75 milhões em 2010, nos três Poderes, para R\$ 817 milhões no ano passado, em valores





reais. O aumento mais significativo ocorreu entre 2014 e 2015, quando Fux concedeu a liminar beneficiando todos os magistrados.

Em 2014, a União gastava R\$ 363 milhões; em 2015, R\$ 820 milhões. “É possível observar uma trajetória de crescimento dos gastos, com salto considerável entre 2014 e 2015.

O referido salto é decorrência de decisões do Supremo Tribunal Federal que beneficiaram membros do Judiciário, concedendo-lhes direito à percepção do auxílio-moradia, e de consequentes normas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público”, diz o estudo.

O Congresso gastou, em média, R\$ 810.930,95 por mês em 2017 com auxílio-moradia para deputados e senadores. Na Câmara, 151 parlamentares que não utilizam

apartamentos funcionais têm direito a receber o benefício – 70 recebem em espécie e 81 pedem reembolso.

Segundo a assessoria da Câmara, “as normas que regulamentam o auxílio-moradia não condicionam a concessão do benefício à inexistência de imóvel próprio” no Distrito Federal. No Senado, 16 parlamentares pedem o auxílio de R\$ 5,5 mil. Em dezembro, a Casa gastou R\$ 79.933,33 com o benefício e, nos demais meses do ano, a média de gasto foi de R\$ 87.822,58.

Forças.

Após o comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, defender, em entrevista ao Estado, a volta do auxílio-moradia para militares, o presidente Michel Temer considerou “justa” a reivindicação. Temer disse ao Estado que ainda não há decisão, mas que os militares têm “defasagem salarial”.

## PARA LEMBRAR

### TJs pagam mais ‘penduricalhos’

Levantamento do *Estadão Dados*, com base em informações divulgadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicado pelo *Estado* em 24 de dezembro, mostrou que magistrados estaduais recebem mais “penduricalhos” do que juízes auxilia-

res e ministros de tribunais superiores, em Brasília. De auxílio-moradia a “auxílio-livro”, essas indenizações nos contracheques de juízes e desembargadores dos Tribunais de Justiça (TJs) chegam a ser mais do que o dobro pago a integrantes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Superior Tribunal Militar (STM). Em média, a diferença é de R\$ 5 mil ante R\$ 2,3 mil.

## **Benefício compensa falta de reajuste a juízes, afirma Moro**

Magistrado responsável pela Lava Jato na primeira instância, Sérgio Moro defendeu ontem o pagamento de auxílio-moradia como forma de compensar a falta de reajuste salarial a juízes federais.

“O auxílio-moradia é pago indistintamente a todos os magistrados e, embora discutível, compensa a falta de reajuste dos vencimentos desde 1º de janeiro de 2015 e que, pela lei, deveriam ser anualmente reajustados”, disse o juiz, segundo o jornal O Globo.

Moro recebe o benefício, hoje no valor de R\$ 4.377, embora tenha imóvel próprio em Curitiba, conforme informou o jornal Folha de S.Paulo. Em 2014, decisão liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, estendeu o benefício a todos os magistrados. O auxílio-moradia foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2014, após a decisão liminar de Fux.